

Sumário

1 História do Direito do Trabalho

- 1.1 História Geral do Direito do Trabalho
- 1.2 História do Direito do Trabalho no Brasil

2 Caracterização do Direito do Trabalho

- 2.1 Denominação
- 2.2 Conceito
- 2.3 Divisão da matéria para fins didáticos

3 Autonomia e natureza jurídica do Direito do Trabalho

- 3.1 Autonomia do Direito do Trabalho
- 3.2 Relações do Direito do Trabalho com outros ramos do Direito
- 3.3 Direito do Trabalho no contexto dos direitos humanos fundamentais
- 3.4 Relações do Direito do Trabalho com outras ciências
- 3.5 Direito do Trabalho e meio ambiente do trabalho
- 3.6 Natureza jurídica do Direito do Trabalho

4 Fontes do Direito do Trabalho

- 4.1 Fontes materiais e fontes formais
- 4.2 Classificação das fontes
- 4.3 Fontes formais do Direito do Trabalho
 - 4.3.1 Constituição
 - 4.3.2 Leis
 - 4.3.3 Atos do Poder Executivo
 - 4.3.4 Sentença normativa
 - 4.3.5 Jurisprudência
 - 4.3.6 Sentença arbitral
 - 4.3.7 Convenções e acordos coletivos
 - 4.3.8 Usos e costumes
 - 4.3.9 Regulamento de empresa
 - 4.3.10 Contrato de trabalho
 - 4.3.11 Princípios jurídicos

5 Interpretação, integração e eficácia das normas de Direito do Trabalho

- 5.1 Interpretação do Direito do Trabalho
- 5.2 Integração do Direito do Trabalho
- 5.3 Eficácia das normas de Direito do Trabalho no tempo
 - 5.3.1 Segurança jurídica, irretroatividade e direito adquirido
- 5.4 Eficácia das normas de Direito do Trabalho no espaço

6 Princípios do Direito do Trabalho

- 6.1 Conceito e natureza jurídica dos princípios no Direito
- 6.2 Funções dos princípios de direito
- 6.3 Princípios de Direito do Trabalho
 - 6.3.1 Princípio da proteção
 - 6.3.2 Princípio da irrenunciabilidade
 - 6.3.3 Princípio da primazia da realidade
 - 6.3.4 Princípio da continuidade da relação de emprego
 - 6.3.5 Outros princípios aplicáveis ao Direito do Trabalho
- 6.4 Flexibilização e Direito do Trabalho
 - 6.4.1 Flexibilização e desregulamentação
 - 6.4.2 Limites da flexibilização no Direito do Trabalho
 - 6.4.3 Hipóteses de flexibilização
 - 6.4.4 Programa Seguro-Emprego

7 Direito Internacional do Trabalho

- 7.1 Introdução
- 7.2 Ratificação de normas internacionais
- 7.3 Hierarquia da norma internacional no ordenamento jurídico nacional
- 7.4 Organização Internacional do Trabalho
 - 7.4.1 Instituição
 - 7.4.2 Composição
 - 7.4.3 Convenções e Recomendações
 - 7.4.4 Declaração da OIT relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho
 - 7.4.5 Declaração da OIT sobre a justiça social para uma globalização equitativa
- 7.5 Direito Comunitário

8 Contrato de trabalho

- 8.1 Denominação
- 8.2 Natureza jurídica
- 8.3 Contrato de adesão, contrato individual de trabalho e contratação do empregado
 - 8.3.1 Contrato de trabalho por equipe
 - 8.3.2 Admissão do empregado e certidão de antecedentes criminais
- 8.4 Conceito
- 8.5 Requisitos
 - 8.5.1 Pessoa natural
 - 8.5.2 Pessoaalidade
 - 8.5.3 Não eventualidade
 - 8.5.4 Subordinação
 - 8.5.5 Onerosidade

- 8.6 Características
- 8.7 Elementos do contrato de trabalho
 - 8.7.1 Existência
 - 8.7.2 Validade
 - 8.7.2.1 Contrato de trabalho com o índio
 - 8.7.3 Eficácia
 - 8.7.4 Cláusula de não concorrência
- 8.8 Nulidade no Direito do Trabalho: trabalho ilícito e trabalho proibido
- 8.9 Direitos e deveres
 - 8.9.1 Direitos intelectuais e invenções do empregado
 - 8.9.2 Indenização por danos extrapatrimoniais e materiais trabalhistas
 - 8.9.2.1 Assédio moral
 - 8.9.2.2 Assédio sexual
 - 8.9.2.3 Trabalho em condições análogas à de escravo e tráfico de pessoas
 - 8.9.2.4 Trabalho decente
 - 8.9.2.5 Responsabilidade civil do empregador por ato de terceiro
 - 8.9.2.6 Dano moral coletivo
- 8.10 Termo de quitação anual de obrigações trabalhistas
- 8.11 Diferenças entre o contrato de trabalho e outras modalidades contratuais
- 8.12 Contrato a prazo determinado
 - 8.12.1 Contratação
 - 8.12.2 Hipóteses de cabimento
 - 8.12.3 Prazos de duração e prorrogação
 - 8.12.4 Suspensão no curso do contrato a prazo determinado
 - 8.12.5 Nova contratação
 - 8.12.6 Extinção antecipada
- 8.13 Contratos de trabalho a prazo determinado em leis específicas
 - 8.13.1 Contrato de trabalhador rural por pequeno prazo: Lei 11.718/2008
 - 8.13.2 Contrato de trabalho por obra certa
 - 8.13.3 Contrato de trabalho por prazo determinado especial: Lei 9.601/1998
 - 8.13.4 Contrato de trabalho do atleta profissional
 - 8.13.5 Contrato de trabalho do artista
- 8.14 Contrato de trabalho intermitente
- 8.15 Trabalhador temporário: Lei 6.019/1974

9 Empregado

- 9.1 Conceito
- 9.2 Espécies de empregado
 - 9.2.1 Empregado eleito diretor de sociedade
 - 9.2.2 Empregado em domicílio

- 9.2.2.1 Teletrabalho
- 9.2.3 Empregado doméstico
 - 9.2.3.1 Conceito de empregado doméstico
 - 9.2.3.2 Trabalho do menor proibido
 - 9.2.3.3 Duração do trabalho
 - 9.2.3.4 Horas extras
 - 9.2.3.5 Compensação de horas
 - 9.2.3.6 Períodos não computados na jornada de trabalho
 - 9.2.3.7 Trabalho em dias de descanso
 - 9.2.3.8 Trabalho em regime de tempo parcial
 - 9.2.3.9 Contrato por prazo determinado
 - 9.2.3.10 Carteira de Trabalho e Previdência Social
 - 9.2.3.11 Jornada 12 x 36
 - 9.2.3.12 Viagens
 - 9.2.3.13 Registro de horário de trabalho
 - 9.2.3.14 Intervalo intrajornada
 - 9.2.3.15 Trabalho noturno
 - 9.2.3.16 Horários mistos
 - 9.2.3.17 Intervalo interjornada
 - 9.2.3.18 Repouso semanal remunerado e feriados
 - 9.2.3.19 Férias
 - 9.2.3.20 Descontos salariais e utilidades
 - 9.2.3.21 Aplicação subsidiária
 - 9.2.3.22 Vale-transporte
 - 9.2.3.23 Previdência Social
 - 9.2.3.24 FGTS
 - 9.2.3.25 Aviso prévio
 - 9.2.3.26 Licença-maternidade
 - 9.2.3.27 Estabilidade provisória da gestante
 - 9.2.3.28 Seguro-desemprego
 - 9.2.3.29 Justa causa
 - 9.2.3.30 Rescisão indireta
 - 9.2.3.31 Simples Doméstico
 - 9.2.3.32 Prescrição
 - 9.2.3.33 Fiscalização
 - 9.2.3.34 Modificações legais futuras
- 9.2.4 Empregado rural
- 9.2.5 Empregado público
- 9.2.6 Empregado aprendiz
- 9.2.7 Mãe social
- 9.2.8 Aeronauta
 - 9.2.8.1 Aeronauta e aeroviário
 - 9.2.8.2 Tripulantes de aeronaves

- 9.2.8.3 Tripulação
- 9.2.8.4 Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga Humana
- 9.2.8.5 Contrato de trabalho
- 9.2.8.6 Base contratual
- 9.2.8.7 Escala de serviço
- 9.2.8.8 Acomodação para descanso na aeronave
- 9.2.8.9 Limites de voos e de pousos
- 9.2.8.10 Jornada de trabalho
- 9.2.8.11 Sobreaviso
- 9.2.8.12 Reserva
- 9.2.8.13 Viagem
- 9.2.8.14 Repouso
- 9.2.8.15 Folga periódica
- 9.2.8.16 Remuneração
- 9.2.8.17 Alimentação
- 9.2.8.18 Assistência médica
- 9.2.8.19 Uniforme e equipamentos
- 9.2.8.20 Férias
- 9.2.8.21 Certificados e habilitações
- 9.2.8.22 Transferência
- 9.2.8.23 Disposições finais
- 9.2.9 Professor
- 9.2.10 Vigia e vigilante
- 9.2.11 Empregado com formação superior e maior patamar remuneratório

10 Modalidades especiais de trabalhadores

- 10.1 Trabalhador avulso
 - 10.1.1 Trabalhador portuário: avulso e empregado
- 10.2 Estagiário
- 10.3 Trabalhador autônomo
- 10.4 Trabalhador eventual
- 10.5 Trabalhador voluntário

11 Empregador

- 11.1 Conceito
 - 11.1.1 Empresa
 - 11.1.2 Empregador por equiparação
- 11.2 Grupo de empresas
- 11.3 Consórcio de empregadores
- 11.4 Sucessão Trabalhista
 - 11.4.1 Sucessão trabalhista na Lei 11.101/2005

- 11.4.2 Despersonalização do empregador e teoria da desconsideração da personalidade jurídica
- 11.4.3 Cartórios notariais e de registro (extrajudiciais)
- 11.5 Poder de direção do empregador
 - 11.5.1 Conceito
 - 11.5.2 Fundamento
 - 11.5.3 Conteúdo
 - 11.5.4 Verificação de e-mail pelo empregador
 - 11.5.5 Regulamento de empresa
 - 11.5.6 Revistas pessoais
 - 11.5.7 Uso de uniforme

12 Terceirização

- 12.1 Considerações sobre a terceirização no Direito do Trabalho
- 12.2 Terceirização e intermediação de mão de obra
- 12.3 Limites da terceirização
- 12.4 Terceirização na Administração Pública
- 12.5 Responsabilidade do tomador
- 12.6 Terceirização em concessão de serviço público
- 12.7 Enquadramento sindical na terceirização
- 12.8 Fiscalização da terceirização
- 12.9 Empresas de vigilância
- 12.10 Dono da obra e empreitada
- 12.11 Contrato de facção
- 12.12 Cooperativas de trabalho

13 Remuneração

- 13.1 Conceito
 - 13.1.1 Remuneração
 - 13.1.2 Gorjeta
- 13.2 Parcelas salariais
 - 13.2.1 Comissões
 - 13.2.2 Gratificações
 - 13.2.3 Décimo terceiro salário
 - 13.2.4 Quebra de caixa
- 13.3 Adicionais ao salário
 - 13.3.1 Adicional de horas extras
 - 13.3.2 Adicional (pelo trabalho) noturno
 - 13.3.3 Adicional de transferência
 - 13.3.4 Adicional de periculosidade
 - 13.3.5 Adicional de insalubridade
 - 13.3.6 Adicional por acúmulo de funções
- 13.4 Parcelas sem natureza salarial

- 13.4.1 Abonos
- 13.4.2 Abono do PIS
- 13.4.3 Ajuda de custo
- 13.4.4 Auxílio-alimentação
- 13.4.5 Diárias para viagem
- 13.4.6 Participação nos lucros
- 13.4.7 Prêmios
- 13.5 Gueltas
- 13.6 Stock option
- 13.7 Salário-família
- 13.8 Salário-maternidade
- 13.9 Formas de fixação do salário
- 13.10 Salário-utilidade
 - 13.10.1 Caracterização do salário-utilidade
 - 13.10.2 Valor da utilidade
 - 13.10.3 Salário-utilidade na relação de emprego doméstico
 - 13.10.4 Utilidades sem natureza salarial
- 13.11 Tempo de pagamento do salário
 - 13.11.1 Débitos salariais e mora contumaz
- 13.12 Local e forma de pagamento do salário
- 13.13 Garantia de proteção do salário
 - 13.13.1 Garantias do salário perante o empregador
 - 13.13.1.1 Irredutibilidade salarial
 - 13.13.1.2 Intangibilidade salarial
 - 13.13.1.3 A garantia do art. 467 da CLT
 - 13.13.2 Garantias do salário perante credores do empregado
 - 13.13.3 Garantias do salário perante credores do empregador

14 Equiparação salarial

- 14.1 Introdução: aspectos constitucionais e do Direito Internacional
- 14.2 Requisitos da equiparação salarial
 - 14.2.1 Identidade de funções
 - 14.2.2 Identidade de empregador
 - 14.2.3 Identidade de estabelecimento
 - 14.2.4 Trabalho de igual valor
 - 14.2.5 Ausência de quadro de carreira e de plano de cargos e salários
 - 14.2.6 Contemporaneidade na prestação dos serviços
 - 14.2.7 Empregado readaptado e que não pode servir de paradigma
- 14.3 Prescrição na equiparação salarial
- 14.4 Multa decorrente de discriminação por motivo de sexo ou etnia
- 14.5 Equiparação salarial por função análoga
- 14.6 Equiparação salarial por equivalência
- 14.7 Salário do período de substituição não provisória

- 14.8 Equiparação salarial na terceirização
 - 14.8.1 Equiparação salarial na intermediação de mão de obra
- 14.9 Desvio de função

15 Política salarial

- 15.1 Introdução
- 15.2 Salário mínimo
- 15.3 Salário profissional e piso da categoria
- 15.4 Política salarial em vigor

16 Alteração do contrato de trabalho

- 16.1 Introdução
- 16.2 Requisitos para a validade da modificação de condições de trabalho
- 16.3 Jus variandi
- 16.4 Transferência do empregado
 - 16.4.1 Conceito de transferência para fins trabalhistas
 - 16.4.2 Regra quanto à transferência
 - 16.4.3 Transferências permitidas
 - 16.4.4 Despesas com a transferência
 - 16.4.5 Transferência ao exterior

17 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho

- 17.1 Introdução
- 17.2 Distinção e conceito
- 17.3 Hipóteses
 - 17.3.1 Aborto
 - 17.3.2 Acidente do trabalho
 - 17.3.3 Auxílio-doença
 - 17.3.4 Aposentadoria por invalidez
 - 17.3.5 Aviso prévio
 - 17.3.6 Eleição para cargo de diretor da sociedade
 - 17.3.7 Encargo público
 - 17.3.8 Faltas justificadas
 - 17.3.9 Férias
 - 17.3.10 Greve
 - 17.3.11 Inquérito judicial para apuração de falta grave
 - 17.3.12 Intervalo para descanso e refeição
 - 17.3.13 Intervalo dos serviços de mecanografia e digitação
 - 17.3.14 Intervalo do trabalho em minas de subsolo
 - 17.3.15 Intervalo em câmaras frias
 - 17.3.16 Intervalo interjornada
 - 17.3.17 Licença-maternidade
 - 17.3.18 Lockout

- 17.3.19 Prisão e detenção do empregado
- 17.3.20 Prontidão e sobreaviso
- 17.3.21 Tempo de espera
- 17.3.22 Repouso semanal remunerado e feriados
- 17.3.23 Representação sindical
- 17.3.24 Segurança nacional
- 17.3.25 Suspensão disciplinar
- 17.3.26 Suspensão por violência doméstica e familiar à mulher
- 17.4 Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional
 - 17.4.1 Contexto jurídico-social
 - 17.4.2 Requisitos
 - 17.4.3 Duração
 - 17.4.4 Limitações
 - 17.4.5 Ajuda compensatória mensal
 - 17.4.6 Bolsa de qualificação profissional
 - 17.4.7 Dispensa do empregado
- 17.5 Suspensão do contrato de trabalho e dispensa do empregado

18 Cessação do contrato de trabalho

- 18.1 Terminologia
 - 18.1.1 Classificação
- 18.2 Conceito
- 18.3 Direito Internacional
- 18.4 Convenção 158 da OIT
 - 18.4.1 Ratificação e denúncia da Convenção 158 da OIT
 - 18.4.2 Análise das disposições da Convenção 158 da OIT
 - 18.4.2.1 Âmbito de incidência
 - 18.4.2.2 Justificação do término da relação de emprego
 - 18.4.2.3 Procedimentos prévios por ocasião do término da relação de emprego
 - 18.4.2.4 Aviso prévio para o término da relação de emprego
 - 18.4.2.5 Indenização pelo término da relação de emprego
 - 18.4.2.6 Dispensa coletiva
- 18.5 Dispensa plúrima e dispensa coletiva
- 18.6 Modalidades de dispensa
- 18.7 Classificação das modalidades de cessação do contrato de trabalho
 - 18.7.1 Dispensa sem justa causa
 - 18.7.1.1 Motivação da dispensa do empregado público
 - 18.7.2 Dispensa com justa causa
 - 18.7.2.1 Terminologia
 - 18.7.2.2 Conceito
 - 18.7.2.3 Sistemas
 - 18.7.2.4 Sistema taxativo da legislação brasileira

- 18.7.2.5 Tipificação da justa causa pelo empregador
- 18.7.2.6 Elementos da justa causa do empregado
- 18.7.2.7 Forma de comunicação da dispensa
- 18.7.2.8 Hipóteses de justa causa
- 18.7.3 Culpa recíproca
- 18.7.4 Demissão
 - 18.7.4.1 Terminologia
 - 18.7.4.2 Conceito
- 18.7.5 Despedida indireta
 - 18.7.5.1 Terminologia
 - 18.7.5.2 Conceito
 - 18.7.5.3 Elementos da justa causa do empregador
 - 18.7.5.4 Hipóteses de justa causa do empregador
 - 18.7.5.5 Dispensa indireta e possibilidade de permanência no serviço
- 18.7.6 Cessação do contrato por falecimento do empregado
- 18.7.7 Cessação do contrato por falecimento do empregador pessoa física
- 18.7.8 Extinção da empresa pelo falecimento do empregador
- 18.7.9 Cessação do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador
- 18.7.10 Planos de demissão voluntária ou incentivada
- 18.7.11 Cessação do contrato de trabalho por forçá maior
- 18.7.12 Cessação do contrato de trabalho por factum principis
- 18.7.13 Cessação do contrato de trabalho por tempo determinado
 - 18.7.13.1 Cessação do contrato de trabalho por tempo determinado antes do advento do termo
 - 18.7.13.2 Cessação do contrato de trabalho por tempo determinado pelo advento do termo

19 Aviso prévio

- 19.1 Introdução
- 19.2 Conceito
- 19.3 Fundamento constitucional e legal
- 19.4 Natureza jurídica
- 19.5 Prazo e forma do aviso prévio
 - 19.5.1 Aviso prévio proporcional ao tempo de serviç o
- 19.6 Finalidade
- 19.7 Cabimento do aviso prévio
- 19.8 Conseq ncias da ausência de concessão do aviso prévio
- 19.9 Aviso prévio e trabalho no período
- 19.10 Justa causa durante o aviso prévio
- 19.11 Reconsideração do aviso prévio concedido

20 Estabilidade

- 20.1 Introdução
- 20.2 Denominação
- 20.3 Conceito
- 20.4 Fontes formais do direito de estabilidade
- 20.5 Estabilidade por tempo de serviço
- 20.6 Garantias de emprego
 - 20.6.1 Dirigente sindical
 - 20.6.2 Representante da CIPA
 - 20.6.3 Empregada gestante e adotante
 - 20.6.4 Empregado acidentado
 - 20.6.5 Empregado eleito diretor de cooperativa
 - 20.6.6 Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia
 - 20.6.7 Membro do Conselho Curador do FGTS
 - 20.6.8 Membro do Conselho Nacional de Previdência Social
 - 20.6.9 Empregado reabilitado e empregado com deficiência
 - 20.6.10 Período eleitoral
 - 20.6.11 Estabilidade de servidores públicos regidos pela CLT
 - 20.6.12 Estabilidade do art. 19 do ADCT
 - 20.6.13 Comissão para acompanhamento e fiscalização de gorjeta
 - 20.6.14 Comissão de representantes dos empregados

21 Indenização

- 21.1 Introdução
- 21.2 Conceito
- 21.3 Natureza jurídica
- 21.4 Evolução do sistema de despedida no Brasil
 - 21.4.1 Sistema da Constituição Federal de 1988
- 21.5 Indenização por tempo de serviço
 - 21.5.1 Aposentadoria e contrato de trabalho
- 21.6 Indenização nos contratos a prazo determinado
- 21.7 Indenização compensatória de 40% do FGTS
- 21.8 Indenização adicional

22 Fundo de garantia do tempo de serviço

- 22.1 Introdução e aspectos históricos
- 22.2 Conceito
- 22.3 Natureza jurídica
- 22.4 Administração
- 22.5 Sujeitos da obrigação de depositar o FGTS
 - 22.5.1 FGTS e relação de emprego doméstico
- 22.6 Depósitos do FGTS
- 22.7 Prazo para depósito do FGTS

- 22.8 Fiscalização do FGTS
- 22.9 Cobrança do fgts e aspectos processuais
- 22.10 Saque do FGTS
- 22.11 Prescrição do FGTS
- 22.12 Diferença de indenização compensatória de 40% do FGTS decorrente de complemento de atualização monetária na conta vinculada por expurgos inflacionários de planos econômicos

23 Identificação e registro profissional

- 23.1 Introdução
- 23.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social
 - 23.2.1 Denominação
 - 23.2.2 Destinação
 - 23.2.3 Conceito
 - 23.2.4 Destinatários
 - 23.2.5 Conteúdo
 - 23.2.6 Emissão
 - 23.2.7 Anotações
 - 23.2.8 Valor das anotações
 - 23.2.9 Reclamação por falta ou recusa de anotação
 - 23.2.10 Prescrição
 - 23.2.11 Ausência de anotação de CTPS e ilícito criminal
- 23.3 Registro de empregado

24 Jornada de trabalho

- 24.1 Introdução e aspectos históricos
- 24.2 Direito internacional
- 24.3 Evolução da jornada de trabalho no Brasil
- 24.4 Denominação
- 24.5 Conceito
- 24.6 Natureza jurídica
- 24.7 Classificação
- 24.8 Fundamentos para a limitação da jornada de trabalho
- 24.9 Duração normal da jornada de trabalho
- 24.10 Horas in itinere
- 24.11 Variação de horário no registro de ponto
- 24.12 Trabalho em regime de tempo parcial
- 24.13 Trabalho em regime de escala de revezamento
- 24.14 Empregados excluídos do regime de duração do trabalho
 - 24.14.1 Empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário
 - 24.14.2 Empregados gerentes
 - 24.14.3 Empregados em regime de teletrabalho
- 24.15 Jornada de trabalho do empregado bancário

- 24.16 Jornada de Trabalho do Advogado Empregado
- 24.17 Jornada de trabalho do atleta profissional
 - 24.17.1 Jogos e treinos
 - 24.17.2 Intervalos durante os jogos
 - 24.17.3 Concentração
 - 24.17.4 Trabalho noturno
- 24.18 Jornada de trabalho do radialista
- 24.19 Prorrogação da jornada de trabalho
 - 24.19.1 Acordo de prorrogação da jornada de trabalho
 - 24.19.2 Prorrogação de jornada decorrente de necessidade imperiosa
 - 24.19.3 Prorrogação para recuperação de tempo de não realização do trabalho
 - 24.19.4 Cálculo das horas extras
- 24.20 Compensação da jornada de trabalho
 - 24.20.1 Jornada 12 x 36
 - 24.20.2 Acordo de compensação irregular
 - 24.20.3 Prorrogação da jornada em atividade insalubre
- 24.21 Trabalho noturno
 - 24.21.1 Horário noturno
 - 24.21.2 Adicional noturno
 - 24.21.3 Hora noturna reduzida
 - 24.21.4 Prorrogação do trabalho noturno
 - 24.21.5 Horários mistos
 - 24.21.6 Mudança para o turno diurno
 - 24.21.7 Disposições especiais

25 Intervalos para descanso

- 25.1 Introdução
- 25.2 Denominação
- 25.3 Conceito e natureza jurídica
- 25.4 Intervalo intrajornada
 - 25.4.1 Intervalo para descanso e refeição
 - 25.4.2 Serviço de mecanografia e digitação
 - 25.4.3 Serviços em frigorífico e câmara fria
 - 25.4.4 Serviços em minas e subsolo
 - 25.4.5 Intervalo para amamentação
- 25.5 Intervalo interjornada

26 Repouso semanal remunerado e feriados

- 26.1 Introdução
- 26.2 Direito internacional
- 26.3 Evolução da matéria no Brasil
- 26.4 Denominação

- 26.5 Conceito
- 26.6 Natureza jurídica
- 26.7 Descanso semanal remunerado e trabalho aos domingos
 - 26.7.1 Remuneração do descanso semanal
- 26.8 Descanso remunerado e trabalho em feriados
 - 26.8.1 Remuneração dos feriados
- 26.9 Descanso semanal remunerado e feriados na relação de emprego doméstico
- 26.10 Remuneração do descanso semanal e do feriado de empregado que não trabalha em regime de jornada integral ou que trabalha apenas alguns dias na semana

27 Férias

- 27.1 Introdução
- 27.2 Direito internacional
- 27.3 Evolução da matéria no Brasil
- 27.4 Conceito
- 27.5 Natureza jurídica
- 27.6 Classificação das férias
- 27.7 Período aquisitivo
 - 27.7.1 Duração das férias
 - 27.7.2 Perda do direito às férias
- 27.8 Período concessivo
 - 27.8.1 Fracionamento das férias
 - 27.8.2 Feriados no curso das férias
- 27.9 Comunicação das férias
- 27.10 Remuneração das férias
- 27.11 Abono pecuniário de férias
- 27.12 Férias concedidas após o período concessivo
- 27.13 Cessação do contrato de trabalho e efeitos quanto às férias
- 27.14 Prescrição da pretensão quanto às férias
- 27.15 Férias do empregado doméstico
- 27.16 Férias do professor
- 27.17 Férias do marítimo

28 Trabalho da mulher

- 28.1 Introdução e aspectos históricos
- 28.2 Direito internacional
- 28.3 Evolução da matéria no Brasil
- 28.4 Fundamento das normas de proteção do trabalho da mulher
- 28.5 Condições de trabalho da mulher
- 28.6 Normas de proteção do trabalho da mulher que ainda persistem na CLT
 - 28.6.1 Duração, condições do trabalho e discriminação contra a mulher
 - 28.6.2 Trabalho noturno da mulher

- 28.6.3 Períodos de descanso no trabalho da mulher
- 28.6.4 Métodos e locais de trabalho da mulher
- 28.7 Proteção à maternidade
 - 28.7.1 Licença-gestante e salário-maternidade
 - 28.7.2 Licença-maternidade da mãe adotante
 - 28.7.3 Prorrogação da licença-maternidade
 - 28.7.4 Garantia de emprego da empregada gestante e adotante
 - 28.7.5 Direitos e garantias da advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e do advogado que se torna pai

29 Trabalho da criança e do adolescente

- 29.1 Introdução e aspectos históricos
- 29.2 Direito internacional
- 29.3 Evolução da matéria no Brasil
- 29.4 Denominação
- 29.5 Conceito
- 29.6 Fundamento das normas de proteção ao trabalho da criança e do adolescente
 - 29.6.1 Conselhos Tutelares
 - 29.6.2 Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente
- 29.7 Trabalho proibido ao menor
 - 29.7.1 Idade
 - 29.7.2 Trabalho noturno
 - 29.7.3 Trabalho perigoso e insalubre
 - 29.7.4 Serviços prejudiciais
 - 29.7.5 Deveres e responsabilidade em relação ao menor
 - 29.7.5.1 Responsáveis legais
 - 29.7.5.2 Empregador e autoridade competente
 - 29.7.6 Duração do trabalho do menor
- 29.8 Trabalho educativo
- 29.9 Direito à profissionalização, ao trabalho e à renda do jovem

30 Nacionalização do Trabalho

- 30.1 Introdução e aspectos históricos
- 30.2 Direito internacional
- 30.3 Disposições sobre a nacionalização do trabalho na clt e sua vigência
- 30.4 Formalização do contrato de trabalho com o empregado estrangeiro

31 Segurança e medicina do trabalho

- 31.1 Introdução e aspectos históricos
- 31.2 Direito internacional
- 31.3 Denominação
- 31.4 Conceito
- 31.5 Segurança e medicina do trabalho inserida no meio ambiente do trabalho

- 31.6 Disposições gerais
 - 31.6.1 Deveres da empresa
 - 31.6.2 Deveres do empregado
 - 31.6.3 Competência da DRT
- 31.7 Inspeção prévia e interdição de estabelecimento
- 31.8 Órgãos de segurança e de medicina do trabalho nas empresas
 - 31.8.1 Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)
 - 31.8.2 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)
- 31.9 Equipamento de Proteção Individual
- 31.10 Medidas preventivas de medicina do trabalho (PPRA, PCMSO E ASO)
- 31.11 Edificações
- 31.12 Iluminação
- 31.13 Conforto térmico
- 31.14 Instalações elétricas
- 31.15 Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais
- 31.16 Máquinas e equipamentos
- 31.17 Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão
- 31.18 Prevenção da fadiga
- 31.19 Indústria de construção
- 31.20 Trabalho a céu aberto
- 31.21 Trabalhos em minas e subsolos
- 31.22 Proteção contra incêndio
- 31.23 Condições sanitárias
- 31.24 Resíduos industriais
- 31.25 Sinalização de segurança
- 31.26 Asbesto (amianto)
- 31.27 Insalubridade
- 31.28 Periculosidade
- 31.29 Normas comuns à insalubridade e à periculosidade
- 31.30 Meio ambiente de trabalho rural
- 31.31 Explosivos
- 31.32 Líquidos combustíveis e inflamáveis
- 31.33 Registro profissional do técnico de segurança do trabalho
- 31.34 Fiscalização e penalidades
- 31.35 Segurança e saúde no trabalho portuário
- 31.36 Segurança e saúde no trabalho aquaviário
- 31.37 Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde
- 31.38 Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados
- 31.39 Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, reparação e desmonte naval
- 31.40 Trabalho em altura
- 31.41 Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados

32 Fiscalização do trabalho

- 32.1 Introdução
- 32.2 Direito internacional
- 32.3 Natureza jurídica
 - 32.3.1 Fiscalização do trabalho e jurisdição
- 32.4 Carreira e atribuições
- 32.5 Identificação do auditor-fiscal do trabalho
- 32.6 Poderes do auditor-fiscal do trabalho
 - 32.6.1 Acompanhamento da inspeção do trabalho pelos representantes dos trabalhadores
- 32.7 Dupla visita
- 32.8 Autuação
- 32.9 Processo administrativo e multa na fiscalização do trabalho
- 32.10 Recurso administrativo contra a imposição de multa
- 32.11 Cobrança da multa imposta pela fiscalização do trabalho
- 32.12 Fiscalização do trabalho e mão de obra migrante

33 Pagamento das verbas rescisórias na extinção do contrato de trabalho

- 33.1 Introdução
- 33.2 Deveres do empregador na extinção do contrato de trabalho
- 33.3 Multas pelo descumprimento do prazo
- 33.4 Diferença entre pagamento e transação
 - 33.4.1 Diferença entre pagamento das verbas rescisórias e Comissão de Conciliação Prévia

34 Prescrição e decadência no Direito do Trabalho

- 34.1 Conceito
- 34.2 Fundamento e natureza jurídica
- 34.3 Distinção entre decadência e prescrição
 - 34.3.1 Prescrição reconhecida de ofício
- 34.4 Prescrição no Direito do Trabalho
- 34.5 Prescrição na relação jurídica de emprego
 - 34.5.1 Prescrição total no Direito do Trabalho
 - 34.5.2 Prescrição quinquenal parcial e total
- 34.6 Emenda constitucional 28/2000 e prescrição do trabalhador rural
- 34.7 Prescrição da indenização por danos morais e materiais e decorrentes de acidente do trabalho

35 Direito coletivo do trabalho

- 35.1 Denominação
- 35.2 Natureza jurídica
- 35.3 Conceito
- 35.4 Princípios

- 35.4.1 Liberdade sindical
- 35.4.2 Autonomia coletiva dos particulares
- 35.4.3 Adequação setorial negociada
- 35.5 Aspectos históricos e do Direito Internacional
- 35.6 Aspectos históricos no Brasil
- 35.7 Organização sindical na Constituição Federal de 1988
- 35.8 Liberdade sindical
 - 35.8.1 Liberdade de associação e liberdade de filiação
 - 35.8.2 Liberdade de fundação sindical
 - 35.8.3 Liberdade de organização sindical
 - 35.8.4 Liberdade de administração sindical
 - 35.8.5 Liberdade de atuação sindical
- 35.9 Limitações ao princípio da liberdade sindical
 - 35.9.1 Unicidade sindical
 - 35.9.2 Base territorial não inferior à área de um município
 - 35.9.3 Sistema sindical organizado em categorias
 - 35.9.3.1 Conceito e classificação de categoria
 - 35.9.3.2 Categoria profissional diferenciada e os profissionais liberais
 - 35.9.4 Cláusulas que limitam a liberdade sindical
 - 35.9.5 Condutas antissindicais
- 35.10 Sindicato
 - 35.10.1 Conceito
 - 35.10.2 Natureza jurídica
 - 35.10.3 Personalidade jurídica
 - 35.10.4 Dissolução
 - 35.10.5 Classificação
 - 35.10.6 Enquadramento sindical
 - 35.10.7 Órgãos do sindicato
 - 35.10.8 Eleições sindicais
- 35.11 Entidades sindicais de grau superior
 - 35.11.1 Federações
 - 35.11.2 Confederações
 - 35.11.3 Administração
- 35.12 Centrais sindicais
- 35.13 Funções do sindicato
- 35.14 Receitas do sindicato
 - 35.14.1 Contribuição sindical
 - 35.14.1.1 Valores da contribuição sindical
 - 35.14.1.2 Datas de desconto e de recolhimento da contribuição sindical
 - 35.14.1.3 Formas de recolhimento da contribuição sindical
 - 35.14.1.4 Distribuição dos valores da contribuição sindical

- 35.14.1.5 Aplicação do valor da contribuição sindical
- 35.14.1.6 Consequências do não recolhimento da contribuição sindical
- 35.14.1.7 Fiscalização do recolhimento da contribuição sindical
- 35.14.1.8 Cobrança da contribuição sindical
- 35.14.1.9 *Contribuição sindical rural*
- 35.14.2 Contribuição confederativa
- 35.14.3 Contribuição assistencial
- 35.14.4 Mensalidade sindical (contribuição do filiado ao sindicato)
- 35.15 Sindicato e defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria

36 Conflitos coletivos de trabalho

- 36.1 Introdução
- 36.2 Classificação
- 36.3 Formas de solução
 - 36.3.1 Autodefesa (autotutela)
 - 36.3.2 Autocomposição
 - 36.3.3 Heterocomposição
- 36.4 Negociação coletiva
- 36.5 Contratação coletiva de trabalho
 - 36.5.1 Convenção coletiva de trabalho
 - 36.5.2 Acordo coletivo de trabalho
 - 36.5.3 Natureza jurídica
 - 36.5.4 Cláusulas
 - 36.5.5 Condições de validade e entrada em vigor
 - 36.5.6 Relação entre contrato individual de trabalho e instrumento normativo e entre normas coletivas negociadas
 - 36.5.7 Conteúdo das cláusulas
 - 36.5.8 Incorporação ao contrato individual de trabalho
 - 36.5.9 Negociação coletiva na Administração Pública

37 Negociação coletiva e flexibilização

- 37.1 Introdução
- 37.2 Flexibilização e desregulamentação
- 37.3 Negociação coletiva e princípio da legalidade
- 37.4 Limites da negociação coletiva
- 37.5 Negociação coletiva e princípio da proteção
- 37.6 Flexibilização por meio de negociação coletiva
 - 37.6.1 Jornada de trabalho
 - 37.6.2 Banco de horas anual
 - 37.6.3 Intervalo intrajornada
 - 37.6.4 Programa Seguro-Emprego
 - 37.6.5 Plano de cargos, salários e funções

- 37.6.6 Regulamento de empresa
- 37.6.7 Representante dos trabalhadores no local de trabalho
- 37.6.8 Teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente
- 37.6.9 Remuneração por produtividade, gorjeta e por desempenho individual
- 37.6.10 Registro de jornada de trabalho
- 37.6.11 Troca do dia de feriado
- 37.6.12 Enquadramento do grau de insalubridade
- 37.6.13 Prorrogação de jornada em ambientes insalubres
- 37.6.14 Prêmios de incentivo em bens ou serviços
- 37.6.15 Participação nos lucros ou resultados
- 37.7 Anulação de convenção e acordo coletivo de trabalho
- 37.8 Objeto ilícito de convenção e acordo coletivo de trabalho

38 Representação dos trabalhadores na empresa e cogestão

- 38.1 Introdução
- 38.2 Representação dos empregados na empresa
 - 38.2.1 Previsão constitucional
 - 38.2.2 Previsão legal
- 38.3 Participação na gestão da empresa

39 Greve

- 39.1 Introdução e evolução histórica
- 39.2 Natureza jurídica
- 39.3 Conceito
- 39.4 Classificação
- 39.5 Limites ao direito de greve
- 39.6 Legitimidade
- 39.7 Procedimento
- 39.8 Direitos e deveres
- 39.9 Abuso do direito de greve
- 39.10 Efeitos sobre o contrato de trabalho
- 39.11 Instauração de dissídio coletivo
- 39.12 Lockout

Bibliografia

Índice Alfabético-Remissivo